



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
SEDESE/CEPCT - Comissão Estadual para o Desenvolvimento Sustentável
dos Povos e Comunidades Tradicionais em Minas Gerais

Ata

Reunião Plenária Extraordinária Cepct- MG			
Data	02/10/2025	Horário	14:30 horas
Local	Casa de Direitos Humanos: Avenida Amazonas 558, Centro. Belo Horizonte/MG.		
Pauta	<ol style="list-style-type: none">1) Abertura e verificação de quórum;2) Apresentação do Edital de indicação dos representantes da Sociedade Civil para a Comissão Estadual de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais, que irá acontecer no III Encontro dos Povos e Comunidades Tradicionais, pelo Grupo de Trabalho que teve a composição deliberada em 04 de agosto de 2025, e sua aprovação, uma vez que o presente mandato se encerra em 11/12/2025;3) Apresentação da Nota Técnica que trata sobre a prorrogação do mandato e aprovação;4) Encaminhamentos e Encerramento.		

Participantes	<p>Márcia Isabel Chaves - Titular - Secretaria de Estado de Educação – SEE;</p> <p>Ciro César Carvalho - Titular - Secretaria de Estado de Saúde – SES;</p> <p>Letícia Araújo Gualter Silva - Titular - Secretaria Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento- SEAPA;</p> <p>Priscila Zacarias- Suplente- Secretaria Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento- SEAPA;</p> <p>Gustavo de Oliveira Celestino - Suplente -- Fundação Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais - IEPHA;</p> <p>Edmar Monteiro Silva – Suplente - Instituto Estadual de Florestas – IEF;</p> <p>Maria Virgínia Sena Tomich - Titular - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG;</p> <p>Sara Michelly Cruz –Suplente - Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMAD;</p> <p>Nayara de Castro Dias- Titular- Secretaria de Estado de Cultura – SEC - Secretaria de Estado de Cultura e Turismo – SECULT;</p> <p>Maxwell Moreira Pio - Titular - Carroceiros;</p> <p>Neli Martins de Souza - Titular - Congadeiros;</p> <p>Antônio Áureo do Carmo - Suplente - Faiscadores;</p> <p>Orlando dos Santos - Titular - Geraizeiros;</p> <p>Giselda Ferreira de Brito – Titular - Povos Indígenas - XUKURU KARIRI</p> <p>Clarindo Pereira dos Santos - Titular - Pescadores Artesanais;</p> <p>Flanner Fantoni Bergo - Titular - Povos Tradicionais de Matriz Africana;</p> <p>Vicentina Bispo de Almeida Corte – Titular - Extrativistas;</p> <p>Adjanir Silva - Titular - Conselho Estadual de Promoção e Igualdade Racial – CONEPIR;</p> <p>Vanilza Jacundino Rodrigues - Titular - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional –IPHAN;</p> <p>Vanessa Costa Cançado Silva – Suplente - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA;</p> <p>Eliete Xavier de Oliveira – Titular - Fundação Nacional dos Povos Indígenas - FUNAI</p> <p>Marcelo de Andrade Vilarino – Convidado do Ministério Público Estadual - MPE</p> <p>Helder Magno da Silva – Titular - Ministério Público Federal -MPF;</p> <p>Beatriz Borges Bastos - Convidada Câmara Técnica de Regularização Fundiária e Conflitos Socioambientais;</p> <p>Ana Cláudia da Silva Alexandre Storch - Convidada da Defensoria Pública de Minas Gerais;</p> <p>Maria Carolina Lima Januzzi - Secretária Executiva CEPCT-MG;</p> <p>Juliana de Melo Cordeiro - Diretora de Apoio aos Órgãos Colegiados de Direitos Humanos - SEDESE</p>
----------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

A reunião foi iniciada com a abertura formal dos trabalhos, seguida da conferência do quórum necessário para a deliberação dos assuntos em pauta. Em seguida, foi realizada a apresentação do edital para indicação dos representantes da Sociedade Civil para a Comissão Estadual de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais. O processo de indicação ocorrerá durante o III Encontro dos Povos e Comunidades Tradicionais, sendo conduzido pelo Grupo de Trabalho que teve sua composição definida em 04 de agosto de 2025. A aprovação do edital é fundamental, uma vez que o mandato atual dos membros da comissão se encerra em 11 de dezembro de 2025. Outro ponto central da reunião foi a apresentação de uma Nota Técnica tratando da possibilidade de prorrogação do mandato com a recondução dos membros da comissão, assim como a apreciação e aprovação desse documento. A discussão sobre a prorrogação visa assegurar a continuidade dos trabalhos e a representação adequada dos segmentos envolvidos até que uma nova composição seja formalizada. A Sra. Nely procedeu à leitura das pautas da reunião. O Sr. Orlando acrescentou um novo ponto relativo a uma nota técnica referente ao pedido de prorrogação do mandato da CEPCT/MG, incluindo a possibilidade de

recondução dos membros eleitos em 2023. A Sra. **Neli** realizou a leitura do conteúdo anexo para ciência dos presentes. O Sr. **Clarindo**, representante dos Vazanteiros, relatou as condições de vida da comunidade, os impactos sofridos e destacou o fortalecimento obtido pela Comissão nos anos de 2023 a 2025, reforçando a importância da continuidade de suas atividades. O Sr. **Gustavo**, representante do IEPHA, apresentou questionamento sobre uma solicitação referente à titularidade atualmente vaga no Instituto. A Sra. **Juliana Cordeiro** esclareceu que a CEPCT necessita de ofício do IEPHA indicando o novo titular para dar continuidade aos procedimentos. O Sr. **Antonio Áureo**, membro suplente dos Faiscadores, ressaltou a relevância da comissão para sua categoria, mencionando situações históricas e reivindicando maior espaço de fala. Destacou também o acidente do Fundão e a responsabilidade da Vale, sugerindo que esta comissão é o local apropriado para tratar dessas questões. O Dr. **Helder**, membro representante do Ministério Público Federal (MPF), tomou a palavra. A Sra. **Juliana** explicou que, no caso dos servidores estaduais, basta enviarem a informação de alteração de representante à comissão. **Juliana** salientou que, conforme as Convenções 169 da OIT e Americana de Direitos Humanos são fundamentais garantir representatividade adequada dos povos tradicionais, sem impor lógicas externas. Pontua que entre os Congadeiros existem regras para alterações e que precisamos tomar cuidado para não impor uma lógica em cima dos povos tradicionais. Esse fato deve ocorrer entre os representantes, e não o Estado que deva realizar essa escolha. Esclarece que isso seria uma discussão para o futuro. Concordou com o posicionamento do MPF quanto à importância da Nota Técnica e da manutenção dos trabalhos da CEPCT, observando os prejuízos causados pelo período inativo entre 2020 e 2023. Ressaltou a necessidade de definir a composição da comissão prontamente para evitar interrupções nos trabalhos. Foi destacada a necessidade de ampliar o número de cadeiras na comissão, considerando a diversidade de segmentos a serem contemplados. Observou-se que alguns representantes ocupam múltiplos segmentos, enquanto outros povos contam com apenas um representante. O MPF manifestou-se favoravelmente à recondução dos membros, sugerindo rediscussão acerca da duração do mandato e atuação dos diferentes segmentos. **Juliana** enfatizou a importância de que o Estado regularize pendências relacionadas aos mandatos em tempo hábil. A Sra. **Neli** complementou afirmando seu compromisso religioso e cultural, bem como sua atuação como professora e representante dos Povos e Comunidades Tradicionais, reforçando que a comissão está respaldada por legislação internacional e que não deve estar sujeita à determinação exclusiva do Estado. Esclarece que é Yolorixá e que a mesma nasceu espiritualmente e representa o segmento dos Congadeiros. O Sr. **Antonio** agradeceu ao Dr. Helder e à Dra. Ana Claudia, reconhecendo a empatia e o apoio às comunidades. Dona **Vicentina**, representante dos Extrativistas, comunicou não possuir suplente e indicou a Sra. Edilene como substituta quando necessário. Informou também sobre o Seminário dos Veredeiros, agendado para 4 e 5 de outubro. O Sr. **Maxwell**, representante dos Carroceiros, considerou o mandato de dois anos, insuficiente dada à exigência e o volume de trabalho, destacando a necessidade de constante atualização e oportunidade de cada comunidade compartilhar sua história. A Sra. **Itara** cumprimentou os presentes, identificando-se como representante da Sedese e assessora da subsecretaria. Explicou que esteve empenhada em garantir a continuidade dos trabalhos da comissão e apresentou uma minuta de edital visando evitar vacância na CEPCT, esclarecendo o procedimento de recomposição dos membros. Pontua que esteve com a Juliana e que tiveram a preocupação de viabilizar a continuidade nas atividades da Comissão, para que os trabalhos não fossem interrompidos. Entende que o prazo mínimo para o preenchimento para que não ocorra vacância da CECPT, deveria acontecer no mês de dezembro. Ressalta que, para que ocorra a posse dos novos membros, seria necessário iniciar os trabalhos hoje. Indicou que, de acordo com o Decreto vigente, não haveria vacância. O representante da Secretaria Estadual de Saúde, **Ciro**, parabenizou a elaboração da Nota Técnica e recomendou sua aprovação, ressaltando as dificuldades enfrentadas pela comissão e a importância de melhor planejamento. Por fim, considera ótimo que haja uma minuta para apreciar e discutir com mais tempo. Ele propõe a fazer votação e que quem for contra a Nota Técnica se manifeste. Pondera que há uma jurisprudência anteriormente e que diante do processo e do histórico das transições, o melhor seria seguir a Nota Técnica. Sra. **Giselma** apresenta- se como membro titular representante dos povos Indígenas de Minas Gerais. Traz a questão da aprovação da Nota Técnica e que tem algumas preocupações das falas que ocorreram. Propõe que se deve pensar qual seria o papel da Comissão e da importância do suplente estar atento para a qualquer momento poder representá-los e que essa comunicação se faz necessária. Observa que é um momento preocupante, pois o Governo é contrário a qualquer minoria e que não vê movimento a favor. Pondera que não podem ficar a mercê da vontade das pessoas. Sugere que a Comissão precisa se unificar, pois estão dispersos e que não conseguem ver que precisam se fortalecer

nas pautas para saírem dos mandatos com conquistas. Observa ainda que acompanha as certificações sendo realizadas, mas que a Comissão tem outros papéis. Afirma que é favorável a recondução para preparar quem irá substituí-los, concluindo assim a sua sugestão. Sra. Flaner se apresenta e diz que luta pelos povos de terreiro. Pontua que diante dessa situação, os trabalhos que foram iniciados tem que serem concluídos, pois tem a ciência sobre as dificuldades às quais os povos tradicionais enfrentam e que em nome do coletivo ela é favorável à elaboração da Nota Técnica. Seguiu-se a votação da Nota Técnica, que foi aprovada por 18 participantes, com registro do voto escrito da Sra. Nayara. O Dr. Helder solicitou auxílio para formalização do encaminhamento e Sra. Juliana registrou tal procedimento. Foram feitas referências à atuação da Defensoria Pública e sugerida sua inclusão como membro permanente da comissão. O Sr. Marcelo reforçou a necessidade de revogação do decreto que reduz o número de representantes dos povos tradicionais e a importância de observar normas nacionais e internacionais que asseguram direitos específicos desses povos. A Dra. Ana Cláudia, da Defensoria Pública, agradeceu o convite e afirmou concordância com a interpretação jurídica apresentada, destacando que a regra estabelecida pelo Estado não se coaduna com a autonomia dos povos, garantida pela OIT. Pondera que não cabe ao Estado essa regra em detrimento as comunidades tradicionais. Isso garante sua autonomia que trazida pela OIT e que tem que ser reconhecida pelo Estado e que estará contribuindo com o que for necessário. Sr. Adjanir encerrou a reunião solicitando a leitura da ata e o Dr. Helder destacou a importância de que eventuais minutas de novos decretos sejam previamente remetidas à comissão para apreciação antes da publicação. Eu, Maria Carolina Lima Januzzi, MASP 1632286-9, Secretária Executiva desta Comissão lavrei a presente Ata que após lida foi aprovada por todos os presentes.

Maria Carolina Lima Januzzi

Secretária Executiva

**Comissão Estadual para o Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais -
CEPCT-MG**

Orlando dos Santos

Vice- Presidente

**Comissão Estadual para o Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades
Tradicionais - CEPCT-MG**



Documento assinado eletronicamente por **Maria Carolina Lima Januzzi, Servidor(a) Público(a)**, em 08/10/2025, às 12:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Orlando dos Santos, Usuário Externo**, em 10/10/2025, às 13:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?
acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

, informando o código verificador **124547080** e
o código CRC **030C09EC**.

Referência: Processo nº 1480.01.0001573/2025-76

SEI nº 124547080